



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINUTA DE EDITAL

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 ComprasGov nº. 90025/2024

CONTRATANTE (UASG)
(389172)

OBJETO

Contratação de empresa para veiculação de publicidade institucional do CRM-MG em outdoors e nas traseiras de ônibus em cidades-sede de Delegacias Regionais do CRM-MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$348.193,17 (trezentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e três reais e dezessete centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **01/10/2024** às **14:01h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Pinheiro de Azevedo**, **Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG**, em 12/09/2024, às 17:04, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022](#), de 28 de março de 2022.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1532560** e o código CRC **BAAFB056**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG - <https://www.crmmg.org.br/>

Referência: Processo SEI nº 24.13.000006359-1 | data de inclusão: 12/09/2024



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINUTA DE EDITAL

Belo Horizonte, 09 de setembro de 2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2024 ComprasGov nº. 90025/2024

CONTRATANTE (UASG)

(389172)

OBJETO

Contratação de empresa para veiculação de publicidade institucional do CRM-MG em outdoors e nas traseiras de ônibus em cidades-sede de Delegacias Regionais do CRM-MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$348.193,17 (trezentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e três reais e dezessete centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7. DA FASE DE JULGAMENTO

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

11. DOS RECURSOS

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2024.
(Processo SEI Nº 24.13.000006359-1)

Torna-se público que o **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, sediado na Rua dos Timbiras, nº 1200, Bairro Boa Viagem, Belo Horizonte/ MG, por meio do Setor de Compras e Licitação, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para veiculação de publicidade institucional do CRM-MG em outdoors e nas traseiras de ônibus em cidades-sede de Delegacias Regionais do CRM-MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SicaF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para **todos os itens** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e

dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 4.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 . DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$1,00 (hum real)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de

disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

5.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de

classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar

quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da

contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia da versão original e por documento digital-nato, mediante declaração de que este é legítimo e verdadeiro.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em

especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a

imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

- 9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#)
- 9.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail compras@crmmg.org.br.
- 10.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 10.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://crmmg.org.br/transparencia/licitacoes/>
- 11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 11.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 11.11.1.1. Apêndice do Anexo I - Estudo Técnico Preliminar



Documento assinado eletronicamente por **Lívia Pinheiro de Azevedo**, **Coordenador(a) do Setor de Compras e Licitação do CRM-MG**, em 09/09/2024, às 10:17, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1512574** e o código CRC **C840D9B0**.



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2024

TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência foi elaborado com base na **Instrução Normativa SEGES nº. 81, de 25 de novembro de 2022**, que dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência - TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital; bem como na **Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021.

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para veiculação de publicidade institucional do CRM-MG em outdoors e nas traseiras de ônibus em cidades-sede de Delegacias Regionais do CRM-MG, a fim de atender a demanda do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

BACKBUS E/OU BUSDOOR					
ITEM	CATSER	OBJETO	REGIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE
1	22039	Backbus e/ou Busdoor	Alfenas	UN.	02
2	22039	Backbus e/ou Busdoor	Araxá	UN.	02
3	22039	Backbus e/ou Busdoor	Barbacena	UN.	02
4	22039	Backbus e/ou Busdoor	Conselheiro Lafaiete	UN.	02
5	22039	Backbus e/ou Busdoor	Divinópolis	UN.	02
6	22039	Backbus e/ou Busdoor	Governador Valadares	UN.	02
7	22039	Backbus e/ou Busdoor	Ipatinga	UN.	02
8	22039	Backbus e/ou Busdoor	Itabira	UN.	02
9	22039	Backbus e/ou Busdoor	Itajubá	UN.	02

10	22039	Backbus e/ou Busdoor	João Monlevade	UN.	02
11	22039	Backbus e/ou Busdoor	Juiz de Fora	UN.	02
12	22039	Backbus e/ou Busdoor	Lavras	UN.	02
13	22039	Backbus e/ou Busdoor	Montes Claros	UN.	02
14	22039	Backbus e/ou Busdoor	Muriae	UN.	02
15	22039	Backbus e/ou Busdoor	Paracatu	UN.	02
16	22039	Backbus e/ou Busdoor	Passos	UN.	02
17	22039	Backbus e/ou Busdoor	Patos de Minas	UN.	02
18	22039	Backbus e/ou Busdoor	Pocos de Caldas	UN.	02
19	22039	Backbus e/ou Busdoor	Pouso Alegre	UN.	02
20	22039	Backbus e/ou Busdoor	São João del Rei	UN.	02
21	22039	Backbus e/ou Busdoor	Sete Lagoas	UN.	02
22	22039	Backbus e/ou Busdoor	Teófilo Otoni	UN.	02
23	22039	Backbus e/ou Busdoor	Uberaba	UN.	02
24	22039	Backbus e/ou Busdoor	Uberlândia	UN.	02
25	22039	Backbus e/ou Busdoor	Varginha	UN.	02
OUTDOOR EM PAPEL					
26	14249	Outdoor em papel	Alfenas	UN.	02
27	14249	Outdoor em papel	Araxá	UN.	02
28	14249	Outdoor em papel	Barbacena	UN.	02
29	14249	Outdoor em papel	Conselheiro Lafaiete	UN.	02
30	14249	Outdoor em papel	Divinópolis	UN.	02
31	14249	Outdoor em papel	Governador Valadares	UN.	02
32	14249	Outdoor em papel	Ipatinga	UN.	02
33	14249	Outdoor em papel	Itabira	UN.	02
34	14249	Outdoor em papel	Itajubá	UN.	02

35	14249	Outdoor em papel	João Monlevade	UN.	02
36	14249	Outdoor em papel	Juiz de Fora	UN.	02
37	14249	Outdoor em papel	Lavras	UN.	02
38	14249	Outdoor em papel	Montes Claros	UN.	02
39	14249	Outdoor em papel	Muriae	UN.	02
40	14249	Outdoor em papel	Paracatu	UN.	02
41	14249	Outdoor em papel	Passos	UN.	02
42	14249	Outdoor em papel	Patos de Minas	UN.	02
43	14249	Outdoor em papel	Poços de Caldas	UN.	02
44	14249	Outdoor em papel	Pouso Alegre	UN.	02
45	14249	Outdoor em papel	São João del Rei	UN.	02
46	14249	Outdoor em papel	Sete Lagoas	UN.	02
47	14249	Outdoor em papel	Teófilo Otoni	UN.	02
48	14249	Outdoor em papel	Uberaba	UN.	02
49	14249	Outdoor em papel	Uberlândia	UN.	02
50	14249	Outdoor em papel	Varginha	UN.	02

1.2. Contratação de publicidade institucional em mídia OOH, conforme abaixo:

1.2.1. Confecção e veiculação de 02 Backbus e/ou Busdoor em cada cidade-sede de Delegacias Regionais do CRM-MG pelo período de 30 dias (1º a 30 de outubro);

1.2.2. Confecção e veiculação de 02 Outdoor em papel em cada cidade-sede de Delegacias Regionais do CRM-MG pelo período de 15 dias (2ª bi-semana de outubro), abaracando o dia do Médico em 18 de outubro.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), tendo em vista que possui padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº. 14.133/2021

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. 2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual - 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência, bem como constantes nos Estudos Técnicos Preliminares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de amostra

4.1. Não se aplica

Subcontratação

4.12. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.13. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.14. Não há necessidade de realização de vistoria.

Sustentabilidade

4.15. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.15.1. A empresa deve ser ambientalmente responsável, de forma a minimizar os impactos gerados na natureza, devendo:

4.15.1.1. Cumprir as normativas contidas na IN 01/2010-POG concernente à sustentabilidade ambiental.

4.15.1.2. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2; 5.5.2 que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.15.1.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.15.1.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto será integral, devendo as publicidades serem veiculadas:

5.1.1. Backbus/Busdoor: No período de 01/10/2024 a 30/10/2024.

5.1.2. Outdoor: No período de 07/10/2024 a 20/10/2024.

Prazo de entrega

5.2. O Departamento de Comunicação e de Assessoria de Imprensa do CRM-MG encaminhará o arquivo finalizado dos itens nos formatos indicados, na melhor qualidade, para veiculação, em até três dias antes do prazo de início da veiculação.

5.3. Quaisquer inconformidades na veiculação deverão ser imediatamente corrigidas pela contratada.

Local e horário da prestação de serviços

5.4. **Backbus/busdoor:** Traseiras de 02 (dois) ônibus em cada cidade-sede de regional do CRM-MG, conforme tabela anexa, totalizando 50 (cinquenta) veículos. Os ônibus deverão circular nas áreas hospitalares da cidade e/ou grandes corredores de cada cidade.

5.5. **Outdoor:** Duas placas de outdoors em cada cidade-sede de delegacia regional do CRM-MG, conforme tabela anexa, totalizando 50 (cinquenta) placas. As placas deverão estar localizadas nas áreas hospitalares do município e/ou em grandes corredores de tráfego de cada cidade.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O contrato objeto desta licitação será fiscalizado pela **Assessora de Comunicação do CRM-MG, Sra. Maísa Pinheiro Alves da Silva**, que acompanhará e fiscalizará a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, e encaminhará os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6.8. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.9. O fiscal do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor

dimensionado pela fiscalização nos termos do contrato.

6.10. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei 14.133/2021.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Os serviços deverão ser comprovados mediante checking fotográfico, após a finalização do período de veiculação, juntamente com relatório, em que constem as informações comprobatórias da veiculação.

7.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos disponibilizados no prazo de 3 (três) dias após o envio das artes finalizadas, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.6.1. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.6.2. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.6.3. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos

procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.13.1. o prazo de validade;

7.13.2. a data da emissão;

7.13.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.13.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.13.5. o valor a pagar; e

7.13.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.14. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.16. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.17. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.18. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.19. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.20. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.21. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (**dez**) **dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de **atualização financeira**, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$\frac{(6 / 100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------	-------------------------	---

Forma de pagamento

Forma de pagamento

7.10. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.11. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a **retenção tributária** prevista na legislação aplicável.

7.12.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.13. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.14. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.14.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.22. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.23. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de

todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.24. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.25. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **empreitada por preço global**.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária,

respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

Qualificação Técnica

8.23. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.23.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.23.1.1. Os atestados devem comprovar a prestação de serviço da mesma categoria do item ao qual o fornecedor apresentou proposta;

8.23.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.24. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.25. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.25.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.25.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.25.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.25.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.25.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

8.25.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

8.25.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art.

112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. São obrigações do Contratante:

9.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

9.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência;

9.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

9.9. Cientificar o órgão de representação judicial do CRM-MG para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do

requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela

fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto

quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021; 10.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

- (1) Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 25% a 30% do valor do Contrato.
- (4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 20% a 25% do valor do Contrato.
- (5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.
- (6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
- (7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus

administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA 12- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD. 3.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação é de **e R\$348.193,17 (trezentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e três reais e dezessete centavos)**, conforme custos unitários previstos no ETP (Apêndice I deste Termo de Referência).

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.2. 13.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

14. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

14.1. Maísa Pinheiro Alves da Silva - Assessora de Comunicação.

APÊNDICE I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

**I - INFORMAÇÕES
GERAIS**

1. Equipe de Planejamento - Responsáveis

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Fabiana Prado dos Santos Nogueira	Diretora do Departamento de Comunicação	-	fabiana.crmmg@portalmedico.org.br
Maísa Pinheiro Alves da Silva	Assessora de Comunicação	704	maisa.silva@crmmg.org.br

II - NECESSIDADE - DIAGNÓSTICO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

2.1. Recentemente, muito tem sido veiculado na imprensa sobre a realização de procedimentos privativos de médico por profissionais de outras áreas da saúde e, até mesmo, por pessoas leigas. Tais condutas, além de gerarem inquietação entre os médicos, colocam em risco a saúde e a segurança do paciente.

2.2. De um modo geral, o médico tem enfrentado condições inadequadas de trabalho, como longas jornadas, falta de recursos, ambientes de trabalho estressantes e remuneração incompatível com as responsabilidades.

2.3. O CRM-MG pretende, dessa forma, realizar uma campanha de valorização do médico e da medicina durante o mês de outubro, quando é celebrado o mês do médico. A campanha pretende:

2.3.1. Demonstrar reconhecimento e respeito pelos profissionais médicos; fortalecendo os profissionais e a própria medicina.

2.3.2. Destacar o papel fundamental dos médicos para a sociedade; esclarecendo a importância desses profissionais para um atendimento seguro e eficaz.

3. Área Requisitante

3.1. Departamento de Comunicação e Assessoria de Imprensa.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Condições da Prestação de Serviço

4.1. A empresa contratada deve possuir experiência comprovada na prestação dos serviços.

4.2. Os serviços deverão atender as cidades-sede das delegacias regionais do CRM-MG, quais sejam: Alfenas, Araxá, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Itajubá, João Monlevade, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Muriaé, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São João del Rei, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha, sendo:

4.3. Backbus/Busdoor

4.3.1. Imprimir e afixar publicidade institucional nas traseiras de 02 (dois) ônibus em cada cidade-sede, sendo: backbus ou busdoor, nos casos em que o backbus não seja permitida no município.

4.3.2. As linhas de ônibus escolhidas para a veiculação, deverão ser as que circularem principalmente nos trajetos onde estejam localizados os maiores hospitais do município.

4.3.3. A circulação dos ônibus nos trajetos onde estejam localizados os maiores hospitais de cada cidade deverão ser comprovados no checking, por meio da demonstração do trajeto dos veículos e localização dos hospitais.

4.3.4. Não serão aceitas veiculações em ônibus fora do trajeto citado.

4.3.5. Caso não haja a circulação de backbus ou busdoor em alguma das cidades citadas, a informação deve ser especificada pelo licitante.

4.4. Outdoor

4.4.1. Imprimir e afixar publicidade institucional em 02 placas de outdoors nas cidades-sede de delegacias regionais do CRM-MG.

4.5.1. As placas de outdoor deverão estar localizadas em áreas hospitalares das cidades-sede de delegacias regionais do CRM-MG e/ou grandes corredores de trânsito no trajeto para os maiores hospitais do município.

4.5.2. A instalação dos outdoors deve ocorrer impreterivelmente no primeiro dia da 2ª bi-semana de outubro, de 07/10 a 20/10, com vistas a abarcar o dia do Médico em 18 de outubro.

4.5.3. A localização dos outdoors nos espaços citados deverá ser comprovada no checking, por meio da identificação do local das placas e dos hospitais.

4.5.4. Não serão aceitas afixação em placas de outdoor fora dos locais citados, em locais de pouca visibilidade e nas rodovias.

4.3. Garantia de qualidade e conformidade com os padrões estabelecidos durante todo o período do contrato.

Sustentabilidade

4.4. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços para minimizar os riscos nocivos à saúde, na forma do art. 5º e 6º da IN 01 da SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, utilizando-se de medidas tais quais:

I - racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

II - substituir as substâncias tóxicas por outras de menor grau de toxicidade, ou de menor impacto ambiental em relação a seus similares;

III - utilizar produtos, quando possível, constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2 e não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

IV - fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

V - respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas

Técnicas sobre resíduos sólidos;

VI - Quanto à inutilização e descarte de materiais, deve retornar com elas ao seu estabelecimento operacional após o seu uso, para inutilização e descarte.

Amostra

4.5. Não se aplica

Garantia da Contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, haja vista que o objeto contratual não possui nenhuma complexidade e, também, não se vislumbram riscos consideráveis que justifiquem a sua estipulação no presente caso, não havendo a necessidade onerar o fornecedor com o pagamento de garantia.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Subcontratação

4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

II. - PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

5. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

5.1. Tendo em vista que os serviços demandados são de natureza complementar e acessória aos assuntos que constituem a área de competência legal do CRM-MG e não são inerentes às atribuições de cargos do seu quadro de colaboradores e, considerando que o CRM-MG não possui parque gráfico, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a execução destes. A vantagem dessa solução é que serão obtidos produtos de qualidade confeccionados por empresas especializadas no ramo de atividades, garantindo a qualidade do serviço.

5.2. Foram avaliados contratos similares realizados por outros órgãos e entidades, através de consultas aos editais disponíveis no sistema "compras governamentais", a fim de verificar a existência de novas metodologias e soluções que atendessem às demandas da Administração, sendo constatado que existe basicamente um modelo de negócios para contratação desse tipo de serviço, que é a **contratação de serviço terceirizados sem dedicação exclusiva de mão de obra**.

5.4. A metodologia da pesquisa de preço foi estabelecida de acordo com a Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021 do Ministério da Economia. Portanto, foi realizada prioritariamente consulta de contratações similares realizadas por outros entes públicos no Painel de Preços e, ainda, outras aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas nos últimos 12 (doze) meses.

5.5. A contratação do serviço, conforme pesquisa mercadológica efetuada, por meio da realização de pregão eletrônico, conforme Art. 29 da Lei nº 14.133/2021, sob critério de julgamento do menor preço, por se tratar de serviço comum, cujo padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado, e uma vez que o valor estimado ultrapassa o limite legal para a dispensa eletrônica.

5.6. Ademais, a utilização do pregão eletrônico facilita a gestão do processo licitatório, proporcionando maior celeridade e eficiência, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/21.

5.7. A escolha da veiculação de mensagem institucional nas cidades sede de delegacias regionais objetiva o alcance do maior número de impactados pela mensagem, visto se tratarem de locais de concentração dos profissionais da área médica.

5.8. A veiculação em mídia estática e dinâmica, como é o caso de ônibus e carros, atende aos objetivos desta contratação, alcançando uma amplitude maior de área e marcando com maior intensidade a mensagem que se deseja passar.

5.9. A escolha pela realização de cotação diretamente com fornecedores considerou a amplitude geográfica dos itens componentes do objeto desta contratação, os quais deverão ser veiculados em mesmo período nas 25 cidades determinadas, impossibilitando a obtenção de valores através da pesquisa a contratos semelhantes de outros órgãos públicos para a composição do valor final, pela especificidade do objeto em questão. Obteve-se a cotação de 3 fornecedores para os outdoors e 3 fornecedores para os backbus/busdoor, tendo sido realizado o cálculo estatístico da média entre os valores daqueles itens que atendiam plenamente aos parâmetros estabelecidos neste objeto de contratação.

6. Comparativo das soluções

Não se aplica.

7. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.1. A solução escolhida contempla:

7.1.2 Backbus/Busdoor:

7.1.2.1. Impressão, afixação e veiculação de 02 backbus ou busdoor nas cidades-sede de delegacias regionais do CRM-MG (Alfenas, Araxá, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Itajubá, João Monlevade, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Muriaé, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São João del Rei, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha).

7.1.2.2. O busdoor deve ser adotado nas cidades onde não existam backbus. Caso não exista nenhuma das duas mídias em alguma das cidades, o fato deverá ser informado no orçamento apresentado.

7.1.2.3. Os ônibus devem circular em regiões hospitalares e/ou nos grandes corredores de acessos às regiões hospitalares das cidades citadas.

7.1.2.4. A veiculação do backbus/busdoor deverá ocorrer no período de 01/10/2024 a 30/10/2024.

7.1.3 Outdoor:

7.1.3.1 Imprimir e afixar publicidade institucional em 02 placas de outdoors nas cidades-sede de delegacias regionais do CRM-MG (MG (Alfenas, Araxá, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Itajubá, João Monlevade, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Muriaé, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São João del Rei, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha).

7.1.3.2. As placas de outdoor deverão estar localizadas em áreas hospitalares das cidades-sede de delegacias regionais do CRM-MG e/ou grandes corredores de trânsito no trajeto para os maiores hospitais do município.

7.1.3.3. A localização dos outdoors deverá ser comprovada no checking, por meio da identificação do local das placas e dos hospitais.

7.1.3.4. Não serão aceitas afixação em placas de outdoor fora dos locais citados, em locais de pouca visibilidade e nas rodovias.

7.1.2.2. Caso não exista a mídia outdoor em alguma das cidades citadas, o fato deverá ser informado no orçamento apresentado.

7.1.2.3. Os outdoors deverão ser veiculados na 2ª bi-semana de setembro, de forma a contemplar o dia 18/10 (Dia do Médico).

7.1.2.4. A decisão de não colocar outdoors e backbus em cidades que não são sede de

Delegacias Regionais do CRM-MG foi uma opção estratégica: São cidades com uma população menor, o que limita o alcance e a visibilidade, não justificando a relação custo-benefício. Ademais para alcançar essas localidades está sendo estudada a possibilidade de contratação de emissora de rádio e de TV com alcance em todo o Estado.

7.2. As artes serão encaminhadas à contratada para produção e afixação até 07 (sete) dias antes do início da veiculação.

7.4. Poderá haver mais de um design para veiculação devendo, nesse caso, serem veiculados todos os modelos enviados.

7.5. A quantidade estimada de dois outdoors e dois backbus foi definida em conformidade com campanhas anteriormente realizadas pelo CRM-MG nas cidades sede de delegacias regionais.

8. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.1. Veiculação de anúncios institucionais do CRM-MG em:

8.2.1. Dois ônibus de cada delegacia regional do CRM-MG, que circulem nas regiões hospitalares e/ou transitem nos grandes corredores das cidades-sede de delegacias.

8.2. 2. Dois outdoors em papel em cada cidade-sede de regional do CRM-MG, em regiões hospitalares ou grandes corredores de acesso a essas regiões.

BACKBUS E/OU BUSDOOR					
ITEM	CATSER	OBJETO	REGIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE
1	22039	Backbus e/ou Busdoor	Alfenas	UN.	02
2	22039	Backbus e/ou Busdoor	Araxá	UN.	02
3	22039	Backbus e/ou Busdoor	Barbacena	UN.	02
4	22039	Backbus e/ou Busdoor	Conselheiro Lafaiete	UN.	02
5	22039	Backbus e/ou Busdoor	Divinópolis	UN.	02
6	22039	Backbus e/ou Busdoor	Governador Valadares	UN.	02
7	22039	Backbus e/ou Busdoor	Ipatinga	UN.	02
8	22039	Backbus e/ou Busdoor	Itabira	UN.	02
9	22039	Backbus e/ou Busdoor	Itajubá	UN.	02
10	22039	Backbus e/ou Busdoor	João Monlevade	UN.	02
11	22039	Backbus e/ou Busdoor	Juiz de Fora	UN.	02
12	22039	Backbus e/ou Busdoor	Lavras	UN.	02
13	22039	Backbus e/ou Busdoor	Montes Claros	UN.	02

14	22039	Backbus e/ou Busdoor	Muriaé	UN.	02
15	22039	Backbus e/ou Busdoor	Paracatu	UN.	02
16	22039	Backbus e/ou Busdoor	Passos	UN.	02
17	22039	Backbus e/ou Busdoor	Patos de Minas	UN.	02
18	22039	Backbus e/ou Busdoor	Poços de Caldas	UN.	02
19	22039	Backbus e/ou Busdoor	Pouso Alegre	UN.	02
20	22039	Backbus e/ou Busdoor	São João del Rei	UN.	02
21	22039	Backbus e/ou Busdoor	Sete Lagoas	UN.	02
22	22039	Backbus e/ou Busdoor	Teófilo Otoni	UN.	02
23	22039	Backbus e/ou Busdoor	Uberaba	UN.	02
24	22039	Backbus e/ou Busdoor	Uberlândia	UN.	02
25	22039	Backbus e/ou Busdoor	Varginha	UN.	02
OUTDOOR EM PAPEL					
26	14249	Outdoor em papel	Alfenas	UN.	02
27	14249	Outdoor em papel	Araxá	UN.	02
28	14249	Outdoor em papel	Barbacena	UN.	02
29	14249	Outdoor em papel	Conselheiro Lafaiete	UN.	02
30	14249	Outdoor em papel	Divinópolis	UN.	02
31	14249	Outdoor em papel	Governador Valadares	UN.	02
32	14249	Outdoor em papel	Ipatinga	UN.	02
33	14249	Outdoor em papel	Itabira	UN.	02
34	14249	Outdoor em papel	Itajubá	UN.	02
35	14249	Outdoor em papel	João Monlevade	UN.	02
36	14249	Outdoor em papel	Juiz de Fora	UN.	02
37	14249	Outdoor em papel	Lavras	UN.	02
38	14249	Outdoor em papel	Montes Claros	UN.	02
39	14249	Outdoor em papel	Muriaé	UN.	02

40	14249	Outdoor em papel	Paracatu	UN.	02
41	14249	Outdoor em papel	Passos	UN.	02
42	14249	Outdoor em papel	Patos de Minas	UN.	02
43	14249	Outdoor em papel	Poços de Caldas	UN.	02
44	14249	Outdoor em papel	Pouso Alegre	UN.	02
45	14249	Outdoor em papel	São João del Rei	UN.	02
46	14249	Outdoor em papel	Sete Lagoas	UN.	02
47	14249	Outdoor em papel	Teófilo Otoni	UN.	02
48	14249	Outdoor em papel	Uberaba	UN.	02
49	14249	Outdoor em papel	Uberlândia	UN.	02
50	14249	Outdoor em papel	Varginha	UN.	02

9. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.1. A pesquisa de preços detalhada encontra-se juntada aos autos do processo.

9.2. Tendo sido considerados os seguintes preços médios para a prospecção dos valores unitários dos itens a serem contratados:

BACKBUS E/OU BUSDOOR			
Fornecedor	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário Médio
Influente	Un.	01	R\$ 4.690,00
JP Comércio e Serviços	Un.	01	R\$ 3.980,95
MG Outdoor	Un.	01	R\$ 2.450,64
MÉDIA	Un.	01	R\$ 3.707,20

OUTDOOR EM PAPEL			
Fornecedor	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário Médio
Influente	Un.	01	R\$ 4.370,00
JP Comércio e Serviços	Un.	01	R\$ 3.990,00
Start Outdoor	Un.	01	R\$ 1.500,00
MÉDIA	Un.	01	R\$ 3.256,67

9.3. Segue, abaixo, o quadro contendo o valor médio unitário e anual dos itens a serem licitados.

BACKBUS E/OU BUSDOOR

ITEM	CATSER	OBJETO	REGIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	22039	Backbus e/ou Busdoor	Alfenas	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
2	22039	Backbus e/ou Busdoor	Araxá	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
3	22039	Backbus e/ou Busdoor	Barbacena	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
4	22039	Backbus e/ou Busdoor	Conselheiro Lafaiete	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
5	22039	Backbus e/ou Busdoor	Divinópolis	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
6	22039	Backbus e/ou Busdoor	Governador Valadares	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
7	22039	Backbus e/ou Busdoor	Ipatinga	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
8	22039	Backbus e/ou Busdoor	Itabira	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
9	22039	Backbus e/ou Busdoor	Itajubá	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
10	22039	Backbus e/ou Busdoor	João Monlevade	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
11	22039	Backbus e/ou Busdoor	Juiz de Fora	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
12	22039	Backbus e/ou Busdoor	Lavras	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
13	22039	Backbus e/ou Busdoor	Montes Claros	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
14	22039	Backbus e/ou Busdoor	Muriaé	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
15	22039	Backbus e/ou Busdoor	Paracatu	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
16	22039	Backbus e/ou Busdoor	Passos	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
17	22039	Backbus e/ou Busdoor	Patos de Minas	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
18	22039	Backbus e/ou Busdoor	Poços de Caldas	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
19	22039	Backbus e/ou Busdoor	Pouso Alegre	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
20	22039	Backbus e/ou Busdoor	São João del Rei	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
21	22039	Backbus e/ou Busdoor	Sete Lagoas	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
22	22039	Backbus e/ou Busdoor	Teófilo Otoni	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
23	22039	Backbus e/ou Busdoor	Uberaba	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
24	22039	Backbus e/ou Busdoor	Uberlândia	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
25	22039	Backbus e/ou Busdoor	Varginha	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39

ESTIMATIVA							R\$ 185.359,83
OUTDOOR EM PAPEL							
ITEM	CATSER	OBJETO	REGIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
26	22039	Outdoor em papel	Alfenas	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
27	22039	Outdoor em papel	Araxá	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
28	22039	Outdoor em papel	Barbacena	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
29	22039	Outdoor em papel	Conselheiro Lafaiete	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
30	22039	Outdoor em papel	Divinópolis	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
31	22039	Outdoor em papel	Governador Valadares	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
32	22039	Outdoor em papel	Ipatinga	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
33	22039	Outdoor em papel	Itabira	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
34	22039	Outdoor em papel	Itajubá	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
35	22039	Outdoor em papel	João Monlevade	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
36	22039	Outdoor em papel	Juiz de Fora	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
37	22039	Outdoor em papel	Lavras	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
38	22039	Outdoor em papel	Montes Claros	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
39	22039	Outdoor em papel	Muriaé	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
40	22039	Outdoor em papel	Paracatu	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
41	22039	Outdoor em papel	Passos	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
42	22039	Outdoor em papel	Patos de Minas	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
43	22039	Outdoor em papel	Poços de Caldas	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
44	22039	Outdoor em papel	Pouso Alegre	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
45	22039	Outdoor em papel	São João del Rei	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
46	22039	Outdoor em papel	Sete Lagoas	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
47	22039	Outdoor em papel	Teófilo Otoni	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
48	22039	Outdoor em papel	Uberaba	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33

49	22039	Outdoor em papel	Uberlândia	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
50	22039	Outdoor em papel	Varginha	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
ESTIMATIVA							R\$ 162.833,33
ESTIMATIVA TOTAL FINAL							R\$ 348.193,17

10. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

10.1. Em regra, conforme o referido art. da Lei N' 14.133/21, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

10.2. A presente solução será licitada por item, haja vista a divisibilidade do objeto, não havendo prejuízo ao conjunto da solução ou perda da economia de escala, de modo a propiciar a ampla participação de licitantes.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

11.1. Trata-se de objeto específico, não havendo contratações correlatas e/ou interdependentes, atuais ou futuras.

12. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Compras (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PLANO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES - CRM-MG/PRE/CPE

Em 03 de novembro de 2023.

Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais		NP 15 Documento nº 0469004										
Planejamento de Aquisições e Contratações para o exercício de 2024												
Identificação do Requisitante/órgão	DECOM											
Descrição do Objeto	Manter contrato com agência de publicidade para a realização de campanhas institucionais do CRM-MG											
Quantidade Estimada	1											
Valor Estimado	R\$ 4.170.066,21											
Justificativa da Necessidade	Realizar campanhas de conscientização da população relacionadas aos médicos e a questões de saúde, e valorizar a atividade médica, de forma a viabilizar os objetivos institucionais do CRM-MG.											
Período estimado para aquisição/contratação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
												X
Programa/projeto/atividade	Campanhas Institucionais											
Objetivos Estratégicos	Planejamento Operacional											
Modalidade de Licitação Prevista	Concorrida NP 01/2023; Procedimento em andamento e está na fase de avaliação do Edital NP 01, pela Subcomissão Técnica.											



Documento assinado eletronicamente por **Mário Augusto Vasconcelos Teixeira**, Coordenador(a) de Setor de Compras e Licitação do CRM-MG, em 06/11/2023, às 15:47, com fundamento no art. 5º da RESOLUÇÃO CRTS/02.306/2023, de 20 de março de 2023.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site repositorio.cfm.org.br/portal/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_documento=0469004, ou pelo acesso externo ao informando o código verificador 0469004 e o código CRC: 09d6634b.



Rua dos Tiroiros, 1209 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte, MG | www.crmmg.org.br
Endereço Processual nº 23.0000000-1 | Belo Horizonte, 04/11/2023

IV - SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Resultados pretendidos (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

- 13.1. Valorizar os médicos e a atividade médica;
- 13.2. Conscientizar a população da importância dos médicos para a saúde da população;
- 13.3. Melhorar a percepção do CRM-MG frente aos médicos e a população;
- 13.4. Melhorar a percepção do médico frente a população.

14. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

14.1. Não há necessidade de adequação do ambiente visto que o referido serviço será realizado com materiais e equipamentos das empresas contratadas.

15. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

15.1. Impactos ambientais:

- 15.1.1. Geração de resíduos material empregado na veiculação da publicidade;
- 15.1.2. Poluição visual.

15.2. Medidas Mitigadoras:

15.2.1. Gestão de Resíduos: Implementação de um programa de logística reversa para garantir o descarte adequado e a reciclagem do material utilizado na veiculação da

publicidade;

15.2.2. Controle da poluição visual, por meio da observância da legislação municipal regulamentadora da publicidade na frota em operação no serviço de transporte coletivo de passageiros por ônibus do município de Belo Horizonte/MG.

V - VIABILIDADE

16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante a Instrução Normativa SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022.

Maísa Pinheiro Alves da Silva

Assessora de Comunicação

Fabiana Prado dos Santos Nogueira

Diretora de Comunicação

Maísa Pinheiro Alves da Silva

Assessora de Comunicação

Fabiana Prado dos Santos Nogueira

Diretora de Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Maísa Pinheiro Alves da Silva, Assessora de Comunicação Social**, em 06/09/2024, às 18:25, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1452274** e o código CRC **03B140A3**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG - <https://www.crmmg.org.br/>

Referência: Processo SEI nº 24.13.000006359-1 | data de inclusão: 22/08/2024



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

I - INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento - Responsáveis

Nome	Cargo/função	Matrícula	E-mail
Fabiana Prado dos Santos Nogueira	Diretora do Departamento de Comunicação	-	fabiana.crmmg@portalmedico.org.br
Maísa Pinheiro Alves da Silva	Assessora de Comunicação	704	maisa.silva@crmmg.org.br

II - NECESSIDADE - DIAGNÓSTICO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

2.1. Recentemente, muito tem sido veiculado na imprensa sobre a realização de procedimentos privativos de médico por profissionais de outras áreas da saúde e, até mesmo, por pessoas leigas. Tais condutas, além de gerarem inquietação entre os médicos, colocam em risco a saúde e a segurança do paciente.

2.2. De um modo geral, o médico tem enfrentado condições inadequadas de trabalho, como longas jornadas, falta de recursos, ambientes de trabalho estressantes e remuneração incompatível com as responsabilidades.

2.3. O CRM-MG pretende, dessa forma, realizar uma campanha de valorização do médico e da medicina durante o mês de outubro, quando é celebrado o mês do médico. A campanha pretende:

2.3.1. Demonstrar reconhecimento e respeito pelos profissionais médicos; fortalecendo os profissionais e a própria medicina.

2.3.2. Destacar o papel fundamental dos médicos para a sociedade; esclarecendo a importância desses profissionais para um atendimento seguro e eficaz.

3. Área Requisitante

3.1. Departamento de Comunicação e Assessoria de Imprensa.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Condições da Prestação de Serviço

4.1. A empresa contratada deve possuir experiência comprovada na prestação dos serviços.
4.2. Os serviços deverão atender as cidades-sede das delegacias regionais do CRM-MG, quais sejam: Alfenas, Araxá, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Itajubá, João Monlevade, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Muriaé, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São João del Rei, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha, sendo:

4.3. Backbus/Busdoor

4.3.1. Imprimir e afixar publicidade institucional nas traseiras de 02 (dois) ônibus em cada cidade-sede, sendo: backbus ou busdoor, nos casos em que o backbus não seja permitida no município.
4.3.2. As linhas de ônibus escolhidas para a veiculação, deverão ser as que circularem principalmente nos trajetos onde estejam localizados os maiores hospitais do município.
4.3.3. A circulação dos ônibus nos trajetos onde estejam localizados os maiores hospitais de cada cidade deverão ser comprovados no checking, por meio da demonstração do trajeto dos veículos e localização dos hospitais.
4.3.4. Não serão aceitas veiculações em ônibus fora do trajeto citado.
4.3.5. Caso não haja a circulação de backbus ou busdoor em alguma das cidades citadas, a informação deve ser especificada pelo licitante.

4.4. Outdoor

4.4.1. Imprimir e afixar publicidade institucional em 02 placas de outdoors nas cidades-sede de delegacias regionais do CRM-MG.
4.5.1. As placas de outdoor deverão estar localizadas em áreas hospitalares das cidades-sede de delegacias regionais do CRM-MG e/ou grandes corredores de trânsito no trajeto para os maiores hospitais do município.
4.5.2. A instalação dos outdoors deve ocorrer impreterivelmente no primeiro dia da 2ª bi-semana de outubro, de 07/10 a 20/10, com vistas a abarcar o dia do Médico em 18 de outubro.
4.5.3. A localização dos outdoors nos espaços citados deverá ser comprovada no checking, por meio da identificação do local das placas e dos hospitais.
4.5.4. Não serão aceitas afixação em placas de outdoor fora dos locais citados, em locais de pouca visibilidade e nas rodovias.
4.3. Garantia de qualidade e conformidade com os padrões estabelecidos durante todo o período do contrato.

Sustentabilidade

4.4. A contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços para minimizar os riscos nocivos à saúde, na forma do art. 5º e 6º da IN 01 da SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, utilizando-se de medidas tais quais:

I - racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

II - substituir as substâncias tóxicas por outras de menor grau de toxicidade, ou de menor impacto ambiental em relação a seus similares;

III - utilizar produtos, quando possível, constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2 e não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

IV - fornecer aos empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

V - respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

VI - Quanto à inutilização e descarte de materiais, deve retornar com elas ao seu estabelecimento operacional após o seu uso, para inutilização e descarte.

Amostra

4.5. Não se aplica

Garantia da Contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, haja vista que o objeto contratual não possui nenhuma complexidade e, também, não se vislumbram riscos consideráveis que justifiquem a sua estipulação no presente caso, não havendo a necessidade onerar o fornecedor com o pagamento de garantia.

Vistoria

4.7. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Subcontratação

4.8. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

II. - PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

5. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

5.1. Tendo em vista que os serviços demandados são de natureza complementar e acessória aos assuntos que constituem a área de competência legal do CRM-MG e não são inerentes às atribuições de cargos do seu quadro de colaboradores e, considerando que o CRM-MG não possui parque gráfico, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a execução destes. A vantagem dessa solução é que serão obtidos produtos de qualidade confeccionados por empresas especializadas no ramo de atividades, garantindo a qualidade do serviço.

5.2. Foram avaliados contratos similares realizados por outros órgãos e entidades, através de consultas aos editais disponíveis no sistema “comprasgovernamentais”, a fim de verificar a existência de novas metodologias e soluções que atendessem às demandas da Administração, sendo constatado que existe basicamente um modelo de negócios para contratação desse tipo de serviço, que é a **contratação de serviço terceirizados sem dedicação exclusiva de mão de obra**.

5.4. A metodologia da pesquisa de preço foi estabelecida de acordo com a Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021 do Ministério da Economia. Portanto, foi realizada prioritariamente consulta de contratações similares realizadas por outros entes públicos no Painel de Preços e, ainda, outras aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas nos últimos 12 (doze) meses.

5.5. A contratação do serviço, conforme pesquisa mercadológica efetuada, por meio da realização de pregão eletrônico, conforme Art. 29 da Lei nº 14.133/2021, sob critério de julgamento do menor preço, por se tratar de serviço comum, cujo padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado, e uma vez que o valor estimado ultrapassa o limite legal para a dispensa eletrônica.

5.6. Ademais, a utilização do pregão eletrônico facilita a gestão do processo licitatório, proporcionando maior celeridade e eficiência, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência previstos na Lei nº 14.133/21.

5.7. A escolha da veiculação de mensagem institucional nas cidades sede de delegacias regionais objetiva o alcance do maior número de impactados pela mensagem, visto se tratarem de locais de concentração dos profissionais da área médica.

5.8. A veiculação em mídia estática e dinâmica, como é o caso de ônibus e carros, atende aos objetivos desta contratação, alcançando uma amplitude maior de área e marcando com maior intensidade a mensagem que se deseja passar.

5.9. A escolha pela realização de cotação diretamente com fornecedores considerou a amplitude

geográfica dos itens componentes do objeto desta contratação, os quais deverão ser veiculados em mesmo período nas 25 cidades determinadas, impossibilitando a obtenção de valores através da pesquisa a contratos semelhantes de outros órgãos públicos para a composição do valor final, pela especificidade do objeto em questão. Obteve-se a cotação de 3 fornecedores para os outdoors e 3 fornecedores para os backbus/busdoor, tendo sido realizado o cálculo estatístico da média entre os valores daqueles itens que atendiam plenamente aos parâmetros estabelecidos neste objeto de contratação.

6. Comparativo das soluções

Não se aplica.

7. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

7.1. A solução escolhida contempla:

7.1.2 Backbus/Busdoor:

7.1.2.1. Impressão, afixação e veiculação de 02 backbus ou busdoor nas cidades-sede de delegacias regionais [\[LP1\]](#) do CRM-MG (Alfenas, Araxá, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Itajubá, João Monlevade, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Muriaé, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São João del Rei, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha).

7.1.2.2. O busdoor deve ser adotado nas cidades onde não existam backbus. Caso não exista nenhuma das duas mídias em alguma das cidades, o fato deverá ser informado no orçamento apresentado.

7.1.2.3. Os ônibus devem circular em regiões hospitalares e/ou nos grandes corredores de acessos às regiões hospitalares das cidades citadas.

7.1.2.4. A veiculação do backbus/busdoor deverá ocorrer no período de 01/10/2024 a 30/10/2024.

7.1.3 Outdoor:

7.1.3.1 Imprimir e afixar publicidade institucional em 02 placas de outdoors nas cidades-sede de delegacias regionais do CRM-MG (MG (Alfenas, Araxá, Barbacena, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Itabira, Itajubá, João Monlevade, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Muriaé, Paracatu, Passos, Patos de Minas, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São João del Rei, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Uberaba, Uberlândia e Varginha).

7.1.3.2. As placas de outdoor deverão estar localizadas em áreas hospitalares das cidades- sede de delegacias regionais do CRM-MG e/ou grandes corredores de trânsito no trajeto para os maiores hospitais do município.

7.1.3.3. A localização dos outdoors deverá ser comprovada no checking, por meio da identificação do local das placas e dos hospitais.

7.1.3.4. Não serão aceitas afixação em placas de outdoor fora dos locais citados, em locais de pouca visibilidade e nas rodovias.

7.1.2.2. Caso não exista a mídia outdoor em alguma das cidades citadas, o fato deverá ser informado no orçamento apresentado.

7.1.2.3. Os outdoors deverão ser veiculados na 2ª bi-semana de setembro, de forma a contemplar o dia 18/10 (Dia do Médico).

7.1.2.4. A decisão de não colocar outdoors e backbus em cidades que não são sede de Delegacias Regionais do CRM-MG foi uma opção estratégica: São cidades com uma população menor, o que limita o alcance e a visibilidade, não justificando a relação custo-benefício. Ademais para alcançar essas localidades está sendo estudada a possibilidade de contratação de emissora de rádio e de TV com alcance em todo o Estado.

7.2. As artes serão encaminhadas à contratada para produção e afixação até 07 (sete) dias antes do início da veiculação.

7.4. Poderá haver mais de um design para veiculação devendo, nesse caso, serem veiculados

todos os modelos enviados.

7.5. A quantidade estimada de dois outdoors e dois backbus foi definida em conformidade com campanhas anteriormente realizadas pelo CRM-MG nas cidades sede de delegacias regionais.

8. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.1. Veiculação de anúncios institucionais do CRM-MG em:

8.2.1. Dois ônibus de cada delegacia regional do CRM-MG, que circulem nas regiões hospitalares e/ou transitem nos grandes corredores das cidades-sede de delegacias.

8.2. 2. Dois outdoors em papel em cada cidade-sede de regional do CRM-MG, em regiões hospitalares ou grandes corredores de acesso a essas regiões.

BACKBUS E/OU BUSDOOR					
ITEM	CATSER	OBJETO	REGIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE
1	22039	Backbus e/ou Busdoor	Alfenas	UN.	02
2	22039	Backbus e/ou Busdoor	Araxá	UN.	02
3	22039	Backbus e/ou Busdoor	Barbacena	UN.	02
4	22039	Backbus e/ou Busdoor	Conselheiro Lafaiete	UN.	02
5	22039	Backbus e/ou Busdoor	Divinópolis	UN.	02
6	22039	Backbus e/ou Busdoor	Governador Valadares	UN.	02
7	22039	Backbus e/ou Busdoor	Ipatinga	UN.	02
8	22039	Backbus e/ou Busdoor	Itabira	UN.	02
9	22039	Backbus e/ou Busdoor	Itajubá	UN.	02
10	22039	Backbus e/ou Busdoor	João Monlevade	UN.	02
11	22039	Backbus e/ou Busdoor	Juiz de Fora	UN.	02
12	22039	Backbus e/ou Busdoor	Lavras	UN.	02
13	22039	Backbus e/ou Busdoor	Montes Claros	UN.	02
14	22039	Backbus e/ou Busdoor	Muriae	UN.	02
15	22039	Backbus e/ou Busdoor	Paracatu	UN.	02
16	22039	Backbus e/ou Busdoor	Passos	UN.	02
17	22039	Backbus e/ou Busdoor	Patos de Minas	UN.	02

18	22039	Backbus e/ou Busdoor	Poços de Caldas	UN.	02
19	22039	Backbus e/ou Busdoor	Pouso Alegre	UN.	02
20	22039	Backbus e/ou Busdoor	São João del Rei	UN.	02
21	22039	Backbus e/ou Busdoor	Sete Lagoas	UN.	02
22	22039	Backbus e/ou Busdoor	Teófilo Otoni	UN.	02
23	22039	Backbus e/ou Busdoor	Uberaba	UN.	02
24	22039	Backbus e/ou Busdoor	Uberlândia	UN.	02
25	22039	Backbus e/ou Busdoor	Varginha	UN.	02
OUTDOOR EM PAPEL					
26	14249	Outdoor em papel	Alfenas	UN.	02
27	14249	Outdoor em papel	Araxá	UN.	02
28	14249	Outdoor em papel	Barbacena	UN.	02
29	14249	Outdoor em papel	Conselheiro Lafaiete	UN.	02
30	14249	Outdoor em papel	Divinópolis	UN.	02
31	14249	Outdoor em papel	Governador Valadares	UN.	02
32	14249	Outdoor em papel	Ipatinga	UN.	02
33	14249	Outdoor em papel	Itabira	UN.	02
34	14249	Outdoor em papel	Itajubá	UN.	02
35	14249	Outdoor em papel	João Monlevade	UN.	02
36	14249	Outdoor em papel	Juiz de Fora	UN.	02
37	14249	Outdoor em papel	Lavras	UN.	02
38	14249	Outdoor em papel	Montes Claros	UN.	02
39	14249	Outdoor em papel	Muriae	UN.	02
40	14249	Outdoor em papel	Paracatu	UN.	02
41	14249	Outdoor em papel	Passos	UN.	02
42	14249	Outdoor em papel	Patos de Minas	UN.	02
43	14249	Outdoor em papel	Poços de Caldas	UN.	02

44	14249	Outdoor em papel	Pouso Alegre	UN.	02
45	14249	Outdoor em papel	São João del Rei	UN.	02
46	14249	Outdoor em papel	Sete Lagoas	UN.	02
47	14249	Outdoor em papel	Teófilo Otoni	UN.	02
48	14249	Outdoor em papel	Uberaba	UN.	02
49	14249	Outdoor em papel	Uberlândia	UN.	02
50	14249	Outdoor em papel	Varginha	UN.	02

9. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.1. A pesquisa de preços detalhada encontra-se juntada aos autos do processo.

9.2. Tendo sido considerados os seguintes preços médios para a prospecção dos valores unitários dos itens a serem contratados:

BACKBUS E/OU BUSDOOR			
Fornecedor	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário Médio
Influente	Un.	01	R\$ 4.690,00
JP Comércio e Serviços	Un.	01	R\$ 3.980,95
MG Outdoor	Un.	01	R\$ 2.450,64
MÉDIA	Un.	01	R\$ 3.707,20

OUTDOOR EM PAPEL			
Fornecedor	Unidade	Quantidade	R\$ Unitário Médio
Influente	Un.	01	R\$ 4.370,00
JP Comércio e Serviços	Un.	01	R\$ 3.990,00
Start Outdoor	Un.	01	R\$ 1.500,00
MÉDIA	Un.	01	R\$ 3.256,67

9.3. Segue, abaixo, o quadro contendo o valor médio unitário e anual dos itens a serem licitados.

BACKBUS E/OU BUSDOOR							
ITEM	CATSER	OBJETO	REGIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	22039	Backbus e/ou Busdoor	Alfenas	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
2	22039	Backbus e/ou Busdoor	Araxá	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
3	22039	Backbus e/ou Busdoor	Barbacena	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39

4	22039	Backbus e/ou Busdoor	Conselheiro Lafaiete	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
5	22039	Backbus e/ou Busdoor	Divinópolis	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
6	22039	Backbus e/ou Busdoor	Governador Valadares	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
7	22039	Backbus e/ou Busdoor	Ipatinga	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
8	22039	Backbus e/ou Busdoor	Itabira	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
9	22039	Backbus e/ou Busdoor	Itajubá	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
10	22039	Backbus e/ou Busdoor	João Monlevade	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
11	22039	Backbus e/ou Busdoor	Juiz de Fora	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
12	22039	Backbus e/ou Busdoor	Lavras	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
13	22039	Backbus e/ou Busdoor	Montes Claros	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
14	22039	Backbus e/ou Busdoor	Muriae	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
15	22039	Backbus e/ou Busdoor	Paracatu	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
16	22039	Backbus e/ou Busdoor	Passos	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
17	22039	Backbus e/ou Busdoor	Patos de Minas	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
18	22039	Backbus e/ou Busdoor	Poços de Caldas	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
19	22039	Backbus e/ou Busdoor	Pouso Alegre	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
20	22039	Backbus e/ou Busdoor	São João del Rei	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
21	22039	Backbus e/ou Busdoor	Sete Lagoas	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
22	22039	Backbus e/ou Busdoor	Teófilo Otoni	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
23	22039	Backbus e/ou Busdoor	Uberaba	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
24	22039	Backbus e/ou Busdoor	Uberlândia	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
25	22039	Backbus e/ou Busdoor	Varginha	UN.	02	R\$ 3.707,20	R\$ 7.414,39
ESTIMATIVA							R\$ 185.359,83
OUTDOOR EM PAPEL							
ITEM	CATSER	OBJETO	REGIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
26	22039	Outdoor em papel	Alfenas	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33

27	22039	Outdoor em papel	Araxá	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
28	22039	Outdoor em papel	Barbacena	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
29	22039	Outdoor em papel	Conselheiro Lafaiete	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
30	22039	Outdoor em papel	Divinópolis	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
31	22039	Outdoor em papel	Governador Valadares	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
32	22039	Outdoor em papel	Ipatinga	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
33	22039	Outdoor em papel	Itabira	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
34	22039	Outdoor em papel	Itajubá	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
35	22039	Outdoor em papel	João Monlevade	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
36	22039	Outdoor em papel	Juiz de Fora	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
37	22039	Outdoor em papel	Lavras	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
38	22039	Outdoor em papel	Montes Claros	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
39	22039	Outdoor em papel	Muriaé	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
40	22039	Outdoor em papel	Paracatu	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
41	22039	Outdoor em papel	Passos	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
42	22039	Outdoor em papel	Patos de Minas	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
43	22039	Outdoor em papel	Poços de Caldas	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
44	22039	Outdoor em papel	Pouso Alegre	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
45	22039	Outdoor em papel	São João del Rei	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
46	22039	Outdoor em papel	Sete Lagoas	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
47	22039	Outdoor em papel	Teófilo Otoni	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
48	22039	Outdoor em papel	Uberaba	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
49	22039	Outdoor em papel	Uberlândia	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
50	22039	Outdoor em papel	Varginha	UN.	02	R\$ 3.256,67	R\$ 6.513,33
ESTIMATIVA							R\$ 162.833,33
ESTIMATIVA TOTAL FINAL							R\$ 348.193,17

10. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

10.1. Em regra, conforme o referido art. da Lei N' 14.133/21, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

10.2. A presente solução será licitada por item, haja vista a divisibilidade do objeto, não havendo prejuízo ao conjunto da solução ou perda da economia de escala, de modo a propiciar a ampla participação de licitantes.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

11.1. Trata-se de objeto específico, não havendo contratações correlatas e/ou interdependentes, atuais ou futuras.

12. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Compras (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).


CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PLANO DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES - CRM-MG/PRE/CPE
Em 03 de novembro de 2023.

Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais		NF 15 Documento nº 0469004										
Planejamento de Aquisições e Contratações para o exercício de 2024												
Identificação do Requisitante/órgão	DECOM											
Descrição do Objeto	Manter contrato com agência de publicidade para a realização de campanhas institucionais do CRM-MG											
Quantidade Estimada	1											
Valor Estimado	R\$ 8.120.068,21											
Justificativa da Necessidade	Realizar campanhas de conscientização da população relacionada aos médicos e a questões de saúde, e valorizar a atividade médica de forma a possibilitar os objetivos institucionais do CRM-MG											
Período estimado para aquisição/contratação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
												X
Programa/projeto/atividade	Campanhas Institucionais											
Objetivos Estratégicos	Planejamento Operacional											
Modalidade de Licitação Prevista	Concorrência NF 01/2023; Procedimento em andamento e está na fase de avaliação do Edital NF 01 pela Subcomissão Técnica.											

 Documento assinado eletronicamente por **Mário Augusto Vasconcelos Teixeira**, Coordenador(a) de Setor de Compras e Licitação do CRM-MG, em 06/11/2023, às 15:47, com fundamento no art. 5º da RESOLUÇÃO CRM-VG-308/2022, de 20 de março de 2022.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://info.ouvidor.org.br/portal/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_documento=3&id_documento=0469004, e o código CRC: 0930634D.



Rua dos Tiriricas, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte, MG | Fone: (51) 3333-3333 | E-mail: atendimento@crm-mg.org.br
Inscrição Estadual: 001.000.000-1 | Registro em MG: 015.12023

Resultados pretendidos (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

13.1. Valorizar os médicos e a atividade médica;

13.2. Conscientizar a população da importância dos médicos para a saúde da população;

13.3. Melhorar a percepção do CRM-MG frente aos médicos e a população;

13.4. Melhorar a percepção do médico frente a população.

14. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

14.1. Não há necessidade de adequação do ambiente visto que o referido serviço será realizado com materiais e equipamentos das empresas contratadas.

15. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

15.1. Impactos ambientais:

15.1.1. Geração de resíduos material empregado na veiculação da publicidade;

15.1.2. Poluição visual.

15.2. Medidas Mitigadoras:

15.2.1. Gestão de Resíduos: Implementação de um programa de logística reversa para garantir o descarte adequado e a reciclagem do material utilizado na veiculação da publicidade;

15.2.2. Controle da poluição visual, por meio da observância da legislação municipal regulamentadora da publicidade na frota em operação no serviço de transporte coletivo de passageiros por ônibus do município de Belo Horizonte/MG.

V - VIABILIDADE

16. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante a Instrução Normativa SEGES Nº 58, de 8 de agosto de 2022.

Maísa Pinheiro Alves da Silva

Assessora de Comunicação

Fabiana Prado dos Santos Nogueira

Diretora de Comunicação

Maísa Pinheiro Alves da Silva
Assessora de Comunicação

Fabiana Prado dos Santos Nogueira
Diretora de Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Maísa Pinheiro Alves da Silva, Assessora de Comunicação Social**, em 06/09/2024, às 18:24, com fundamento no art. 5º da [RESOLUÇÃO CFM nº2.308/2022, de 28 de março de 2022](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cfm.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1451848** e o código CRC **9B8BF2DB**.



Rua dos Timbiras, 1200 - Bairro Boa Viagem |
CEP 30140-064 | Belo Horizonte/MG - <https://www.crmmg.org.br/>

Referência: Processo SEI nº 24.13.000006359-1 | data de inclusão: 22/08/2024